21/01

**Bolsas** Na quarta-feira

0,98% São Paulo 0,38% Nova York **Pontuação B3** Ibovespa nos últimos dias

109.102 111.289

25/01

26/01

Salário mínimo

R\$ 1.212

Na quarta-feira **R\$ 5,441**(+0,11%)

 Dólar
 Últimas cotações (em R\$)

 20/janeiro
 5,416

 21/janeiro
 5,455

 26/janeiro
 5,603

**Euro** Comercial, venda na quarta-feira

R\$ 6,122

**Capital de giro** Na quarta-feira

6,76%

eira P

Prefixado

10,24%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)
Agosto/2021 0,87
Setembro/2021 1,16
Outubro/2021 1,25
Novembro/2021 0,95

## **BRASIL NA OCDE**

## Bolsonaro promete respeitar meio ambiente

Em carta, presidente diz que o país "está pronto" para negociar a entrada na organização. Especialistas discordam

» INGRID SOARES

m carta de três páginas enviada ao secretário-geral da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Mathias Cormann, o presidente Jair Bolsonaro (PL ressaltou os compromissos ambientais assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris e na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP26). A gestão ambiental do presidente é considerada um dos maiores obstáculos para o ingresso do Brasil na entidade.

Na carta, Bolsonaro garante, "sem qualquer hesitação", que o Brasil está pronto para iniciar o processo de acesso à OCDE, conforme requisitado em abril de 2017, ainda no governo do ex-presidente Michel Temer. Na última terça-feira, a organização comunicou oficialmente ao governo ter aceitado iniciar o processo de negociação para permitir o ingresso no país no grupo.

O presidente destacou o compromisso do país "em adotar e implementar completamente políticas públicas em linha com suas metas climáticas", e "trabalhar coletivamente para parar e reverter perda florestal e degradação do solo até 2030", conforme a declaração de líderes globais na COP26.

A OCDE é uma referência para padrões internacionais, principalmente nas áreas de economia e educação, possui 38 países membros e é conhecida como "clube dos ricos". No documento, o chefe do Executivo afirmou, ainda, que o Brasil "tem uma história de respeito por valores fundamentais, como a preservação da liberdade individual, os valores da democracia, a regra da lei e a defesa dos direitos humanos".

"Não há dúvidas de que o Brasil compartilha do objetivo da OCDE para apoiar o crescimento econômico sustentável, acabar com a pobreza e não deixar



Hoje, o Brasil não está apto a ingressar na organização. Duas grande dificuldades são a política ambiental em relação à Amazônia e os resultados das medidas anticorrupção que, na visão externa, não estão dando resultado"

Rubens Barbosa, ex-embaixador

ninguém para trás, assim como proteger nosso meio ambiente e melhorar a vida e as perspectivas de todos, dentro e fora da OCDE", frisou Bolsonaro

## Corrupção

Para o primeiro vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR), apesar de Bolsonaro já ter demonstrado não ter qualquer compromisso com o combate ao desmatamento, o documento é mais um passo no processo de aceitação do Brasil pela OCDE. O parlamentar observou que as promessas terão que ser honradas pelos próximos governos.

"É certo que esses pontos terão que ser arcados pelos próximos governos. "Até porque, se depender do atual presidente, é quase certo que essas metas não seriam atendidas, assim como uma infinidade de promessas por ele não cumpridas, como o fortalecimento ao combate à corrupção e o corte de privilégios".

Rubens Barbosa, especialista

em Relações Internacionais e ex-embaixador nos EUA, apontou que a adesão à OCDE é importante e, quando concretizada, garantirá ao Brasil a participação na formulação das regras globais, além de conferir ao país um selo de qualidade. "O Brasil estará alinhado nas principais vertentes da regulamentação global dos países desenvolvidos. Mas ainda tem um longo caminho pela frente", apontou. O ex-embaixador observou que, se Bolsonaro for reeleito, serão necessárias mudanças, sobretudo nas políticas ambiental e anticorrupção.

"Esses são pontos importantes e, hoje, o Brasil não está apto a ingressar na organização. Duas das grande dificuldades para a adesão do país são a política ambiental em relação à Amazônia e os resultados das medidas anticorrupção que, na visão externa, não estão dando resultado. Ao contrário. O Brasil caiu no ranking dos países que mais combatem a corrupção", apontou. Para Barbosa, o ingresso na OCDE deverá ser debatido entre os presidenciáveis e o ideal seria que todos os concorrentes se comprometessem com a continuidade da negociação.

Leandro Barcelos, coordenador de Comércio Exterior da BMJ Consultoria, lembrou que o processo de adesão é longo, e deve durar entre 2 e 5 anos. Segundo ele, entre os principais benefícios da adesão, estão a aproximação de políticas públicas às melhores práticas internacionais; a maior inserção internacional do Brasil trazendo vantagem competitiva para os produtos e serviços brasileiros; e o aumento da credibilidade do país como destino de investimentos. No entanto, Barcelos reforça que o meio ambiente é a área na qual o Brasil está menos alinhado com as práticas da OCDE. "De um total de 71 instrumentos legais sobre o tema, o país aderiu a apenas sete", frisou.



Para o chefe do Executivo, Brasil tem tradição na defesa da democracia e dos direitos humanos



## Adesão divide presidenciáveis

» TAÍSA MEDEIROS

Para tornar-se um membro da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o país precisa cumprir uma série de requisitos, como a preservação da democracia, a proteção aos direitos humanos e o combate às mudanças climáticas e ao desmatamento. Pré-candidato ao Planalto, Ciro Gomes (PDT) diz que está claro que o Brasil não está alinhado com tais premissas.

"Além de atentar diversas vezes contra a democracia, Bolsonaro tem ação criminosa, principalmente na área ambiental, colocando em risco nossas reservas e florestas e populações tradicionais", afirmou. Ciro ainda ressaltou que a adesão ao grupo nunca foi almejada pelo país, apenas foi cogitada após sugestão do ex-presidente dos EUA, Donalde Trump, a Bolsonaro. Porém, para isso, seria necessário que o Brasil abrisse mão do status de país em desenvolvimento

na Organização Mundial do Comércio (OMC).

"Se isso acontecer, será um crime contra o país, uma vez que esse status garante alguma margem para uma política industrial e de comércio exterior, de compras governamentais, desenvolvimento regional e até de quebra de patentes em casos específicos", enumerou. Ciro defendeu, ainda, que o Brasil pode recuperar a imagem internacional defendendo a democracia, o meio-ambiente e as

necessariamente, aderir à OCDE.
Para o senador Alessandro Vieira (Cidadania), o governo Bolsonaro não tem perfil de cumprir tais metas. "Pelo contrário, os indicadores vêm piorando muito. Mas independentemente da questão da OCDE, estes princípios devem nortear uma gestão de reconstrução do Brasil", afirmou.

boas práticas de governança sem,

O governador do estado de São Paulo e pré-candidato à Presidência da República, João Doria (PSDB), defendeu que os requisitos da organização são valores essenciais e devem ser compromissos, independentemente da agenda para o ingresso no grupo.

"Esta é uma meta que traz benefícios que vão muito além da imagem do país no exterior, podendo atrair investimentos e acordos para o desenvolvimento do Brasil. Há ganhos associados à melhor qualidade da ação estatal. Há enorme avanço a ser feito do ponto de vista da governança, da qualidade do desenho das políticas públicas e sua implementação, bem como nas boas práticas da administração pública. A entrada na OCDE permitiria um salto nessas agendas", definiu.

O pré-candidato pelo partido
Novo, Felipe D'ávila, argumentou que o cumprimento das exigências incentiva o Brasil a "deixar de ser uma nação marginalizada no comércio global e nos
obrigar a nos tornarmos mais
competitivos e produtivos na
arena internacional". Para ele,
o ingresso na OCDE faria muito